

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE JOVENS VOTANTES DE 16 E 17 ANOS EM GUARAPUAVA/PR: TERRITORIALIDADE E COMPORTAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO

Lara Pires Weissböck

Mestre em Geografia – Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
larinhaweiss@hotmail.com

Márcia da Silva

Profa. Dra. da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
smarcias@unicentro.br

RESUMO

O objetivo deste texto é o de buscar compreender as representações sociais e as disposições que os jovens votantes de 16 e 17 anos de Guarapuava/PR têm sobre o sistema político e ao reconhecimento de respectivas formas de legitimidade política (voto). Além disso, se essas representações proporcionam a formação de uma identidade política. A pesquisa empírica, fundamentada na aplicação de 97 questionários se deu no período pré-eleição municipal em 2012. A proposta de averiguação da problemática vinculou-se a categoria analítica territorialidade, uma vez que se refere às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas e expressando um sentimento de pertencimento. Foi possível constatar que os pesquisados se consideram parte de um grupo preocupado com a política do país, mas são descrentes em relação às instituições políticas e que há uma negação frente às formas tradicionais de participação, sendo que as ações coletivas juvenis parecem ser de caráter descontínuo e conformista. Além disso, estes jovens compreendem a política como sendo algo restrito a política partidária e não às relações cotidianas. Estes jovens, por outro lado, se mostram motivados a participarem de determinadas ações em prol de algo que acreditam.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Política Partidária; Jovens e Eleições.

SOCIAL REPRESENTATIONS OF YOUNG VOTERS OF 16 AND 17 YEARS IN GUARAPUAVA / PR: TERRITORIALITY-PARTISAN POLITICAL AND BEHAVIOR

ABSTRACT

The objective of this paper is to seek to understand the social representations and the provisions that young voters 16 to 17 years Guarapuava / PR have on the political system and the recognition of their forms of political legitimacy (vote). Furthermore, if these representations provide the formation of a policy identity. The empirical research, based on the application of 97 questionnaires took place in municipal pre-election period in 2012. The proposed investigation of the problems linked to analytical category territoriality, as regards relations between an individual or social group and its means of reference, manifesting in various geographical scales and expressing a sense of belonging. It was found that respondents consider themselves part of a group concerned about the country's politics, but are cynical about political institutions and that there is a front denial to traditional forms of participation, and the juvenile collective actions appear to be discontinuous character and conformist. In addition, these young people understand politics as being restricted to party politics and not to everyday relationships. These young people, however, show themselves motivated to participate in certain actions for something they believe.

Keywords: Territory; Territoriality; Partisan Politics; Young and Elections.

Recebido em 03/03/2014

Aprovado para publicação em 28/04/2015

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa pautou-se na averiguação de quais são as representações sociais e as disposições que os jovens votantes, de 16 e 17 anos têm sobre o sistema político e ao reconhecimento de respectivas formas de legitimidade política (voto), bem como se essas representações proporcionam a formação de uma identidade política. Estes jovens são os matriculados em escola pública (Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins²) com oferta de cursos nas modalidades regular e técnica na cidade de Guarapuava/PR.

Para este artigo foram selecionados alguns temas tratados em pesquisa realizada como dissertação de mestrado, são eles: a participação e mobilização políticas. A coleta dos dados, a partir de questionários, se deu no ano de 2012, no período pré-eleição municipal, mais especificadamente de 16 de setembro a 04 de outubro.

A motivação para a pesquisa e o seu delineamento se deu, primeiramente, pelo grupo juvenil de 16 e 17 anos votante não ser objeto regular de estudo quando se trata de política. Considera-se imprescindível compreender as representações sociais deste grupo que não tem a obrigação de votar, mas que se alista para tal. Outro fator foi o de as temáticas representações sociais e jovens votantes de 16 e 17 anos, suas territorialidades e comportamento político-partidário não ter sido ainda objeto de estudo de outras pesquisas nas universidades da cidade, o que incentivou-nos a começar.

Para a obtenção dos dados foi elaborado um questionário com questões de múltipla escolha a partir de escalas de valores e questões de múltipla escolha em que os jovens pesquisados deveriam justificá-las. Em todas as questões foi colocada a opção *não quero opinar/informar*, uma vez que se compreende que este jovem poderia não querer se posicionar a respeito de determinados assuntos, o que lhes confere também uma posição política a respeito.

As questões foram elaboradas tendo como fundamento as premissas indicadas na seguinte literatura: livro *Cultura Política, Cidadania e Voto: desafios para a governança metropolitana*; o relatório final *Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas políticas e públicas*; e dos textos *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa: Participação convencional e não convencional na América Latina*; e *Conservadorismo Social: Opiniões e Atitudes no Contexto da Eleição de 2002*.

A amostragem para a aplicação do questionário se deu a partir do tamanho de uma amostra aleatória simples, logo, a heterogeneidade da população e os parâmetros que se pretende estimar (proporções, médias, etc.) são pontos importantes na determinação do tamanho da amostra. Portanto, para que se pudesse obter um erro amostral tolerável, foi necessário fazer um levantamento abrangente para chegar a uma amostragem com 95% de confiabilidade, a partir do cálculo amostral proposto por Barbetta (2004) e Triola (1999), em que os dados primários são: 6.252 jovens de 16 e 17 anos em Guarapuava em 2012; 3.281 jovens de 16 e 17 anos em escolas públicas de Guarapuava em 2012; 491 jovens de 16 e 17 anos em escolas públicas que ofertam cursos na modalidade regular e técnico em Guarapuava em 2012; 97 jovens de 16 e 17 anos com o perfil para esta pesquisa.

A partir deste, optou-se pelo recorte dos dados referentes ao número de jovens de 16 e 17 anos em escolas públicas que ofertam cursos na modalidade regular e técnico em Guarapuava em 2012.

Neste artigo, trataremos sobre a categoria analítica adotada para a análise dos dados, a territorialidade, o contexto que os jovens estão inseridos a partir da abordagem do conceito de poder local e de territórios conservadores de poder, bem como sobre a participação e mobilização política dos jovens pesquisados. E, finalizando há uma discussão a respeito da formação política na escola com vistas à desalienação.

² Instituição de ensino atuante a mais de 60 anos, oferta à comunidade o Ensino Médio (bloco), o Ensino Médio Integrado (Diurno) nos cursos Técnicos em: Administração, Eletromecânica, Informática, Meio Ambiente, Química; e ainda o Ensino Subsequente (Noturno) nos cursos Técnicos em: Administração, Eletromecânica, Eletrônica, Informática, Meio Ambiente e Secretariado.

A TERRITORIALIDADE COMO CATEGORIA ANALÍTICA E O COMPORTAMENTO POLÍTICO DOS JOVENS PESQUISADOS

Para este artigo adota-se a territorialidade enquanto fio condutor na tentativa de compreensão das relações que se estabelecem entre e no entorno dos sujeitos pesquisados. Inferir este sujeito não apenas por suas ideologias expressas em condutas cotidianas, mas pelas possíveis interferências dos espaços em que habita é levar em conta as territorialidades de sua personalidade e seus comportamentos políticos (sejam partidárias ou não).

Neste sentido, para compreender o conceito de territorialidade, considera-se necessária uma reflexão acerca do território, conceito derivador e que permite a ambos serem indissociáveis e complementares.

Segundo Raffestin (1993, p. 22):

De modo genérico, com algumas raras exceções, a geografia política no século XX foi uma geografia do Estado. Em certo sentido, uma geografia política unidimensional que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado. Na realidade, o fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser um centro de conflitos e de oposições – em resumo, um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais.

Para o autor, essa Geografia do Estado “foi um fator de ordem ao privilegiar o concebido, em detrimento do vivido” e que somente a análise relacional “pode ultrapassar essa dicotomia concebido-vivido” (RAFFESTIN, 1993, p. 22).

Nos anos de 1950 e principalmente a partir de 1970 há um processo de renovação do pensamento geográfico ocorrendo a retomada do conceito de território, que passa a ser central em vários estudos de Geografia e mesmo em outras ciências, como a Sociologia. Segundo Saquet e Sposito (2009) em referência aos estudos territoriais, na década de 1970 há marcos fundamentais neste movimento de renovação, com obras de Gilles Deleuze e Félix Guattari, John Gottmann, Claude Raffestin e Paul Guichonnet, Vincenzo Vagaggini e Giuseppe Dematteis, e Angelo Bagnasco. No entanto, é nos anos 1980 e 1990 que se expandem, tanto internacional quanto nacionalmente, estudos centrados no conceito de território, destacando-se novamente autores como Claude Raffestin, Giuseppe Dematteis, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Angelo Bagnasco, acrescidos por Robert Sack, Angelo Turco, Eugenio Turri e outros.

Nas últimas décadas há uma maior demanda de geógrafos que usam a fluidez do território para além da sua relação institucional, mas sim para suas sazonalidades, seus recortes temporários e a ampliação da noção de poder ligada à sua definição como, por exemplo, Raffestin (1993), Haesbaert (2004a;b) e Paula (2011).

A partir destes novos delineamentos do território, ao invés de apresentá-lo apenas como território constituído, os geógrafos passaram a inquirir acerca da constituição de distintas territorialidades, como a dos quilombolas, do movimento dos trabalhadores sem terra, dos *punks* em um bairro da cidade, de fronteiras, de grupos imigrantes e outros.

No entanto, segundo Paula (2011, p. 106), a dimensão vivida do território “vem sendo discutida de forma indireta, seja pela abordagem desconstrutivista oriunda dos escritos deleuzianos (HAESBAERT, 2001), seja pela abordagem lefebvriana do cotidiano (SOJA, 1996; HAESBAERT, 2007)”. Mesmo assim, nas últimas duas décadas houve abertura à busca pela compreensão mais ampla do território e das territorialidades, tendo este movimento se dado:

[...] 1) com Claude Raffestin, que amplia a compreensão das formas de poder e, portanto, das formas de territorialização; 2) com Robert Sack que, ao trazer a consideração de que territorializar é controlar e/ou restringir acessos e ações (em uma sala da casa ou em uma porção da nação), estende a territorialização para diversas escalas; 3) com o surgimento e difusão do horizonte humanista-cultural em Geografia, que inclui matrizes socioculturais na compreensão de dinâmicas espaciais. Embora mirem a dimensão vivida do fenômeno territorial, estas pesquisas utilizam adjetivações diferentes para denominá-lo: territórios flexíveis, territórios da

subjetividade, microterritórios, territórios invisíveis, nanoterritórios. A ausência de um consenso nas denominações indica a multiplicidade de matrizes teórico-metodológicas, o que dificulta uma visão de conjunto dos limites e potencialidades de uma abordagem propriamente existencial do território (PAULA, 2011, p. 106).

Para Haesbaert (2004a, p. 1), o conceito de território surge com uma dupla conotação:

[...] material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *térreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam aliados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar.

Neste sentido, Haesbaert (2004a, p. 6774-6775) indica que o território tem a ver “[...] com poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Assim, o valor simbólico do território é carregado das marcas do “vivido” e do valor de uso, e o valor concreto do território é carregado daquilo que é funcional e vinculado ao valor de troca.

O território, enquanto espaço-tempo vivido, é sempre múltiplo, diverso e complexo, ao contrário do chamado território unifuncional (restrito e limitado) proposto pela lógica capitalista hegemônica (HAESBAERT, 2004a). Assim, pode-se afirmar que “o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004a, p. 2).

Haesbaert (2004b) agrupa o território em três vertentes: a primeira é a política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-política (relativa a todas as relações espaço-poder institucionalizadas). A segunda vertente é a cultural ou simbólica-cultural (como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido) e a econômica (como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho).

Pode-se inferir que, para o autor, ao abordar o território aborda-se também o poder, pois ao considerar o território como o campo das relações, implica também considera-lo um campo de poder. Neste mesmo sentido, Haesbaert (2004b) alerta que ainda que haja a desigualdade em uma relação, não se pode conceber a existência de um centro que emana o poder. Raffestin (1993) também faz essas considerações em que não existe sentido em se “falar” de uma hierarquização do tipo centro-periferia.

Partindo, portanto, do entendimento de que a vida é tecida por um conjunto de relações com a exterioridade, originadas “num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo” (RAFFESTIN, 1993, p. 160), estas relações podem ser simétricas ou dissimétricas, ou seja, “caracterizadas por ganhos e custos equivalentes ou não”. A relação simétrica caracteriza-se por ser uma territorialidade estável, em que nenhum dos elementos sofre mudanças sensíveis em longo prazo. Já na relação dissimétrica há a caracterização de ser uma territorialidade instável, em que todos os elementos sofrem mudanças a longo prazo.

Albagli (2004, p. 27) afirma que a territorialidade pode ser compreendida tanto no nível individual quanto no coletivo, em que “no nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável” e, no coletivo “a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade”

Para Souza (1995, p. 99) o sentido de apresentar a palavra territorialidade como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence” indica a compreensão de que este “sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado”. Logo, esta ideia de territorialidade estende-se, inclusive, aos próprios animais “como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem”.

Para Saquet e Sposito (2009) a territorialidade significa as relações, simétricas ou não, que produzem historicamente cada território de forma coletiva e multidimensional. Neste sentido, o autor compreende que é imprescindível destacarmos a “centralidade do homem, na efetivação dos territórios e das territorialidades, como síntese e mediação entre a sociedade e a natureza” (SAQUET e SPOSITO, 2009, p. 87). Além disso, que a territorialidade se efetiva em distintas escalas espaciais e temporais através das relações de poder, econômicas, sociais e culturais.

Portanto, a territorialidade de um jovem é constituída pelo conjunto daquilo que ele vive cotidianamente: as relações com o trabalho ou o não-trabalho, com a família, a escola, a igreja, o clube etc. No entanto, não é possível compreender esta territorialidade se não se considerar tudo aquilo que a construiu, os lugares em que ela se desenvolve e os ritmos que ela implica. Há o interno à territorialidade e o externo a ela (neste caso o externo como sendo o imposto pelos atores não jovens).

A territorialidade jovem é uma luta para engajar-se em uma sociedade que muitas vezes o discrimina, colocando-os como um problema social. O jovem vive em uma linha tênue de fase de vida ligada a transição para a vida adulta que, teoricamente, o colocará em um estágio de responsabilidade pela maioria, ideário defendido também pelos jovens pesquisados. A territorialidade do jovem é conflitual, pois de um lado é tido como sinônimo de vitalidade, criatividade e dinamismo e, por outro está ligado à violência, delinquência, desmotivação e desmobilização.

Ao mesmo tempo em que a territorialidade expressa a luta pela manutenção da identidade, segundo Souza e Peron (2007, p. 135):

[...] representa uma forma específica de ordenação territorial. Pois uma coisa está imbricada na outra de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação das identidades territoriais. Pois que, o fato de um indivíduo estar num determinado lugar e em um determinado tempo, faz com este mesmo indivíduo participe de redes de sociabilidade que lhe permite construir seus referenciais com o qual ordena o mundo.

A identidade, neste sentido, não é algo posto, mas um “processo (identificação em curso), que se dá por meio da comunicação com outros atores (diálogo e confronto). A territorialidade é expressão deste processo no cotidiano dos atores sociais” (SOUZA e PERON, 2007, p. 135).

Portanto, considera-se que a territorialidade é um fator fundamental na identificação dos grupos dos jovens, entre os quais se inserem os jovens votantes. Este aspecto desvenda a maneira como cada grupo molda o território em que vive, o que lhes confere uma identidade coletiva.

Para analisar as representações sociais dos jovens pesquisados na busca pela compreensão de suas territorialidades, considerou-se importante tratar o que se compreende por “ser jovem”.

JOVEM E JUVENTUDE

Nesta pesquisa, a proposta esteve em olhar o jovem não apenas à sua aparente unidade, mas também em sua diversidade. A maneira mais simplista de definir o que é ser jovem é estabelecendo critérios que os(as) situem numa determinada faixa etária, na qual estaria circunscrito o grupo social da juventude. Isso ocorre na realização de estudos estatísticos, na definição da idade de escolarização obrigatória, na formulação de políticas de compensação social e outros.

Para Carrano (2007a, p. 2), “a referência ao jovem, hoje, precisa levar em consideração a heterogênea realidade das sociedades complexas. A ambiguidade e a indefinição sobre o conceito de jovem são algumas das características dessa situação de complexidade”.

Logo, avalia-se como importante que se compreenda a inadequação conceitual de se articular um só campo de representações como unificador dos sentidos de jovem ou ainda de juventude (sejam no singular ou no plural). Sem dúvida esses conceitos são apenas palavras caso não haja a preocupação em buscar compreendê-las como uma categoria em permanente construção social.

Determinadas fases da vida passam a ser reconhecidas enquanto tal no momento em que são socialmente vistas como geradoras de problemas sociais. A juventude, enquanto fase de vida,

“somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes ‘problemas sociais’ daí derivados” (PAIS, 1990, p. 148). Esta verificação se deu a partir da segunda metade do século XIX, em que problemas de tensões foram a ela associadas.

Dessa forma, a juventude passou a ganhar contornos cada vez mais plurais e ambíguos. Hoje, segundo Carrano (2007a) e Turra Neto (2012), fala-se em jovens e juventudes (no plural) em que o foco de estudo tem se deslocado para além da busca de uma definição que possa ser generalizável, mas para as “formas de ser jovem”.

Na literatura, a conceituação é paradoxal e muitas são as tentativas de explicá-la sob os mais variados aspectos, seja cultural, econômico e/ou social. Corrobora-se com Pais (1990, p. 149), quando propõe que a juventude deve ser olhada em torno de dois eixos semânticos: “como aparente *unidade* (quanto referida a uma fase de vida) e como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros)”. Isso porque quando se fala de jovens de classe média ou baixa, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens dos meios rurais ou urbanos, jovens solteiros ou casados, jovens com ou sem filhos, estamos a tratar de juventudes distintas quando referidas a uma fase de vida.

Para Rabat (2002), as recorrentes rupturas políticas, econômicas e sociais no Brasil, ocorridas desde a abolição da escravidão e até a implementação da República, tiveram as mobilizações juvenis com papel preponderante. Para ele, a disposição juvenil para o progresso ultrapassou a dimensão dos fatos em si, tornando-se uma força simbólica importante nos processos de renovação social brasileira. “A juventude, como fator de mudança e de aceleração da história, foi constantemente invocada em nossa história” (RABAT, 2002, p. 4).

A década de 1920 foi marcada por novas dinâmicas da crescente classe média urbana que, segundo Rabat (2002), era prisioneira de uma estrutura social em que os postos de comando eram mobilizados pela elite (principalmente agrária) e seus representantes políticos. Os últimos anos da década de 1930 foram marcados por um imenso avanço do movimento estudantil, com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), uma das primeiras organizações de representação de grupos em dimensão nacional, em que “a criação de uma organização que consolidava um canal permanente de contato entre os estudantes das várias instituições de ensino do país veio fortalecer o movimento” (RABAT, 2002, p. 7). Esta instituição, desde então, tem sido responsável por diversos manifestos, dentre eles “O Petróleo é nosso” (1960) e a “Campanha da Legalidade” (1961).

Ainda sobre a mobilização e a participação dos jovens na história brasileira que lhes conferiu, de um momento histórico para o outro, entendimentos distintos sobre sua caracterização e conceituação, Cassab (2009) também faz apontamentos, traçando uma breve cronologia a respeito do estudo a eles voltado.

Segundo a autora, a Sociologia brasileira dos anos 1960 e 1970 discorre sobre a juventude a partir de um recorte de classe e etário, em que o jovem era o estudante universitário (de 18 anos ou mais), mas não o estudante pobre, nem tampouco o aluno dos ensinos secundário e primário, nem o não estudante. Antes dos 18 anos, segundo Cassab (2009, p. 36), “os indivíduos eram considerados adolescentes quando referia-se aos jovens das camadas médias e altas; já o termo menor aplicava-se aos adolescentes e crianças pobres”.

No final dos anos 1960 e ao longo dos anos 1970 o jovem passa a fazer parte de um cenário diferente, tornando-se relevante o estudo sobre deste no contexto político brasileiro e internacional, sendo classificado como ator político potencialmente transformador e revolucionário, ao mesmo tempo em que lhes é firmada uma imagem de juventude associada à revolta e rebeldia, como também aponta Varela (2009).

Este momento histórico, início dos anos 1980, do ponto de vista político foi o:

[...] momento da transição de um governo autoritário para um democrático e, do ponto de vista econômico, o momento do fim do chamado “milagre econômico”. É nesse contexto que emerge na Sociologia uma série de trabalhos que buscavam identificar e compreender as razões para a apatia dos jovens da geração de 1980 (CASSAB, 2009, p. 37).

O interesse nestes estudos estava atrelado à produção científica sociológica no campo dos movimentos sociais, em que em um contexto de redemocratização há, *a priori*, uma minimização da necessidade de mobilização que buscava a abertura ao diálogo. Uma vez tendo isto conquistado, não haveria, pelo menos aparentemente, motivos para as mobilizações. Neste momento histórico, com a Constituição da República Brasileira de 1988, o jovem de 16 e 17 anos passa a ter o direito ao voto.

No início da década de 1990 um acontecimento social marca uma nova linha de discussão sobre o jovem, que foi o movimento dos caras-pintadas pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor colocou novamente a juventude no debate nacional. Outra mobilização importante na construção deste cenário investigativo acerca do jovem é o que se denominou de “arrastão” nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro, em outubro de 1992, que colocou em cena uma juventude diferente da dos caras-pintadas, que eram filhos de classe média. Os do arrastão eram jovens residentes nas periferias da cidade e o deslocamento para a praia.

Como não há uma única possibilidade de compreensão do que é ser jovem ou sobre juventude, uma vez que são variáveis sociológicas das mutações sociais em tempos e espaços distintos, também não há linearidade histórica sobre aquilo que as sociedades esperam de suas novas gerações. Segundo Carrano (2007b, p. 1):

Quando admitimos que não há hoje uma única juventude, também precisamos reconhecer o equívoco de se considerar que tenha existido uma única forma social juvenil em cada época histórica, tais como: a “juventude dos anos 30” (nacionalista e fascista), “a juventude dos anos 50” (rebelde sem causa), a “juventude dos anos 60” (revolucionária e contracultural), a “juventude dos anos 90” (hedonista e globalizada). Precisamos evitar as simplificações sociológicas e históricas sobre a complexidade do tema da juventude, ainda que possamos reconhecer que essas “juventudes-tipo” tenham realmente existido em alguma medida nesses e outros tempos históricos.

Pode-se afirmar que o diálogo entre a Geografia e os estudos referentes a estes conceitos estão ainda em fase de incubação (TURRA NETO, 2012), sem amplas sistematizações ou diálogos interdisciplinares. Isso se deve ao fato de que os estudos, quando tratados sob o olhar de outra área do conhecimento que não a Geografia, acabam por não tratar de conceitos específicos sobre as espacialidades próprias das culturas juvenis. A partir disso, trata-se a seguir sobre o sujeito pesquisado.

CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS PESQUISADOS

O objetivo desta seção é o de apresentar o sujeito da pesquisa a partir de dados estatísticos extraídos dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2010), do Tribunal Superior Eleitoral – TSE (BRASIL, 2012), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (PARANÁ, 2012) e do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava. A partir destes dados genéricos estabelecem-se comparações e situa-se os jovens de 16 e 17 anos no contexto macro, traçando seus perfis sociodemográficos.

Segundo dados extraídos do banco de dados do IBGE, em 2010 havia 5.891 jovens de 16 e 17 anos na cidade de Guarapuava. O total de jovens de 16 e 17 anos em 2012, a partir de projeção estatística, sem levar em consideração variáveis como taxa de mortalidade e migração, é de 6.252. É importante ressaltar que a projeção foi feita a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, dos jovens que tinham, neste ano, 14 e 15 anos, já que estes, em 2012, tinham 16 e 17 anos. Houve, portanto, um aumento total de 361 jovens em Guarapuava, correspondendo a 6,12% da população de jovens de 16 e 17 anos em 2010.

No que diz respeito à aquisição do título de eleitor entre os jovens de 16 e 17 anos que votam em Guarapuava, há um crescimento total de 5,67% (107 jovens) entre os anos de 2010 e 2012.

Comparando os acréscimos dos anos de 2010 para 2012 e levando em consideração a idade e sexo dos jovens, tem-se: dos jovens de 16 anos do sexo masculino, de 2010 para 2012 houve um acréscimo de 10 jovens (3,08%); dos jovens de 17 anos do sexo masculino, de 2010 para 2012 houve um aumento de 2 jovens (0,31%); das jovens de 16 anos do sexo feminino, de

2010 para 2012 houve um acréscimo de 71 jovens (22,97%); e das de 17 anos, de 2010 para 2012, um acréscimo de 24 jovens (3,90%).

Neste sentido, não é possível correlacionar outros indicativos, como participação em movimentos sociais, grêmios estudantis, encontros políticos, etc. que possam ter levado ao aumento no alistamento eleitoral entre os jovens de 16 e 17 anos em Guarapuava.

Comparando o nível de alistamento eleitoral da população votante de 16 e 17 anos no Brasil, no Paraná e em Guarapuava, nos anos de 2010 e 2012, verifica-se que: no Brasil, em 2010, havia 900.754 jovens votantes de 16 anos e, em 2012, 1.157.551, representando um acréscimo de 256.797 jovens (28,50%); dos de 17 anos, em 2010 havia 1.490.338 e, em 2012, 1.756.076, representando um acréscimo de 265.738 (17,83%).

No Paraná, os jovens votantes de 16 anos em 2010 eram 47.237 e, em 2012, 55.370, representando um acréscimo de 8.133 jovens (17,21%); e os de 17 anos, em 2010 eram 77.502 e, em 2012, 88.833, representando um acréscimo de 11.331 jovens (14,62%).

E, em Guarapuava, os jovens votantes de 16 anos em 2010 eram 633 e, em 2012, 714, representando um acréscimo de 81 jovens (12,79%); e os de 17 anos eram 1251 e, em 2012, 1277, representando um acréscimo de 26 jovens (2,07%).

Comparando, ainda, o nível de alistamento eleitoral da população votante brasileira de todas as faixas etárias, independentemente se são ou não obrigados a votar, é possível também verificar um acréscimo, o que pode estar diretamente ligado ao aumento da população e das obrigatoriedades do voto no Brasil, como já discutido no capítulo 2. Em uma análise comparativa entre o alistamento eleitoral no Brasil nas eleições de 2010 para 2012, verifica-se que em 2010 havia 135.604.041 votantes e, em 2012, 140.394.103, representando, portanto, um acréscimo de 3,53% (47.900.62). No Paraná, em 2010 havia 7.601.553 votantes e, em 2012, 7.727.727, correspondendo a um acréscimo de 1,65% (126.174) e, em Guarapuava, em 2010 havia 116.922 votantes e, em 2012, 119.887, portanto, com acréscimo de 2,53% (2.965).

Retomando o perfil sociodemográfico dos jovens pesquisados, do total destes, 47 (48,45%) são do sexo feminino, sendo 18 jovens (18,55%) de 16 anos e 29 jovens (29,89%) de 17 anos. Do sexo masculino, 50 jovens (51,54%) fizeram parte da pesquisa, sendo 12 jovens (12,37%) de 16 anos e 38 jovens (39,17%) de 17 anos.

Dos jovens de 16 e 17 anos que frequentam a escola pública e que são votantes em Guarapuava/PR, a partir de dados do Núcleo Regional de Educação de Guarapuava e da SEED (2012), é possível verificar na figura 1 a quantidade de escolas que ofertam cursos nas modalidades regular e técnico, os bairros em que estão localizadas, bem como a quantidade de escolas nestes bairros.

Nos bairros Primavera, Bonsucesso, São Cristóvão, Morro Alto, Alto Cascavel, Vila Bela e Trianon cada um deles tem uma escola que oferta cursos nas modalidades supracitadas, indicadas com a cor rosa claro.

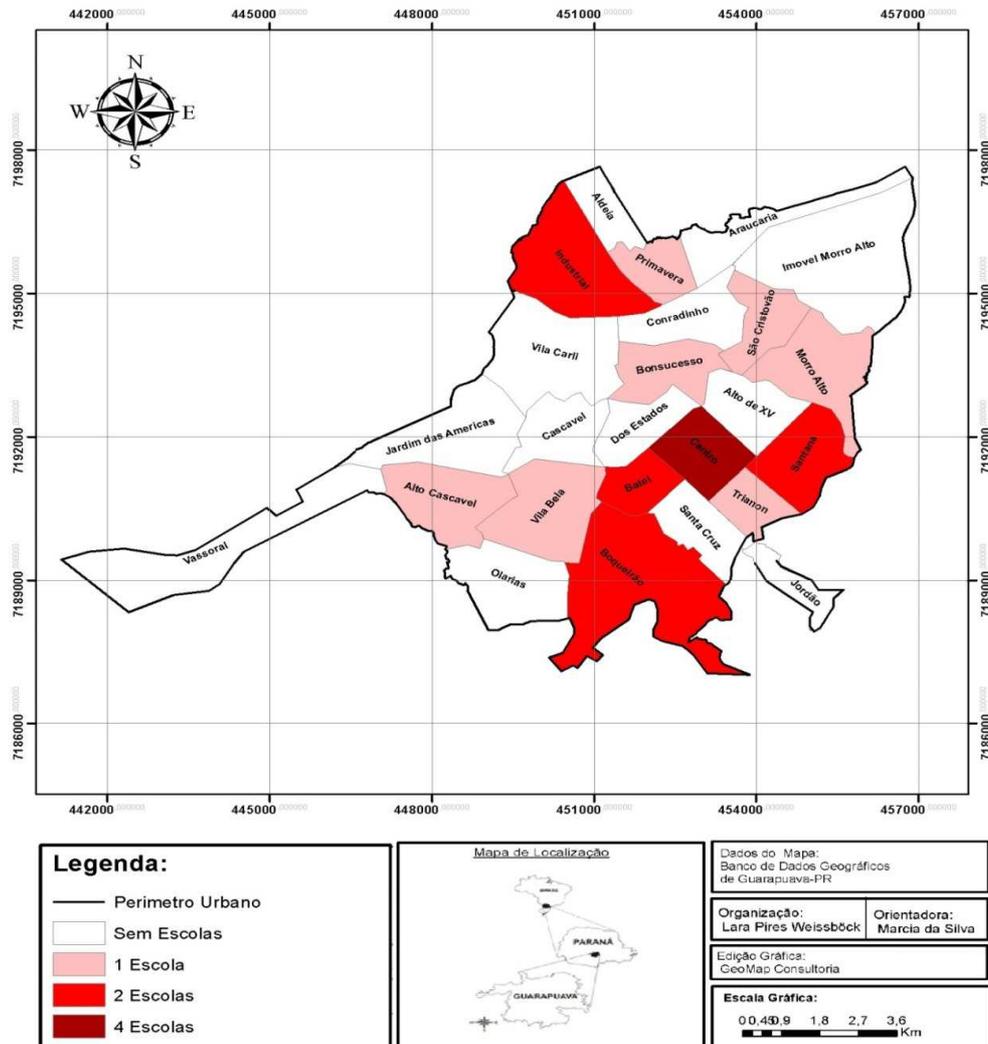
Nos bairros Industrial, Batel, Boqueirão e Santana, são duas escolas em cada bairro, indicadas com a cor vermelha. E no bairro Centro, são quatro escolas, indicadas com a cor bordô. Nos bairros Vassoural, Jardim das Américas, Vila Carli, Cascavel, Olarias, Dos Estados, Conradinho, Alto da XV, Santa Cruz, Jordão, Imóvel Morro Alto, Aldeia e Araucária não existem escolas que ofertam cursos de segundo grau nas modalidades regular e técnico (figura 1).

Das 21 escolas que ofertam cursos de 2º e 3º anos, apenas 3 possuem modalidades regular e técnico, sendo elas o Colégio Estadual Ana Vanda Bassara, localizado no bairro Trianon, com 121 jovens de 16 e 17 anos matriculados nos 2º e 3º anos; o Centro Estadual de Educação Professor Arlindo Ribeiro, localizado no bairro Industrial, com 116 jovens de 16 e 17 anos matriculados nos 2º e 3º anos; e o Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins (*lôcus* de pesquisa), localizado no centro de Guarapuava, com 254 jovens de 16 e 17 anos matriculados nos 2º e 3º anos, colégio este que oferta o maior número de cursos técnicos.

Considera-se importante este mapeamento quanto às escolas estaduais (figura 1), os bairros que atendem, bem como quantos jovens de 16 e 17 anos estão matriculados nestas instituições, a fim de delimitar onde e qual a parcela destes jovens seria possível trabalhar,

uma vez que nosso objetivo foi verificar suas representações sociais, levando em consideração a importância de uma investigação que tivesse o grupo mais heterogêneo possível em âmbito geral, ou seja, que abarcasse a cidade aproximadamente como um todo, o que expressa as distintas territorialidades existentes.

Figura 1. Guarapuava: Concentração de escolas estaduais com o segundo grau do ensino médio, nos níveis regular e técnico, por bairro (2012).



Fonte: Banco de dados geográficos de Guarapuava/PR (2012).

Org.: Lara Pires Weissböck.

Dos 254 jovens de 16 e 17 anos matriculados no Colégio Francisco Carneiro Martins 97 jovens responderam ao questionário, sendo eles votantes nesta idade, correspondendo a 1,55% no total da população jovem com esta idade em Guarapuava no ano de 2012 (6.252 jovens); a 4,87% do universo dos votantes com 16 e 17 anos em Guarapuava no ano de 2012 (1.991 jovens); a 2,95% dos jovens nesta idade matriculados em escolas estaduais de Guarapuava no ano de 2012 (3.281 jovens); e a 19,75% dos jovens nesta idade matriculados em escolas estaduais que ofertam cursos nas modalidades regular e técnica (491 jovens). Este último dado trouxe subsídios para a confiabilidade estatística desta pesquisa, conforme já indicado na introdução.

E isso pode ser verificado pelos bairros que residem os jovens pesquisados, em que 1 jovem reside no bairro Aldeia, 1 no Alto Cascavel, 1 no Alto da XV, 4 no Batel, 1 no Bonsucesso, 14 no Boqueirão, 5 no Cascavel, 4 no Centro, 6 no Conradinho, 1 em Entre Rios, 6 no Industrial, 1 no Jardim das Américas, 4 no Morro Alto, 2 na Palmeirinha, 9 no Primavera, 3 no Residencial

2000, 1 no Rio das Pedras, 3 no Santa Cruz, 3 no Santana, 5 no São Cristóvão, 17 no Vila Bela, 3 no Vila Carli e 2 no Xarquinho.

Após especificarmos quem são os jovens pesquisados, parte-se à análise do contexto em que estão inseridos, uma vez que se compreende que o meio interfere diretamente nas ações dos mesmos.

GUARAPUAVA E OS TERRITÓRIOS CONSERVADORES DE PODER

A partir dos estudos de Silva (2007) compreende-se que a região centro-sul do Paraná, onde Guarapuava está localizada, por não ter passado por alguns processos que foram importantes para o desenvolvimento de outras regiões do estado³, caracteriza-se a partir de territórios conservadores de poder. Para Silva (2005, p. 252) estes territórios “são formados historicamente, ou seja, tendo como base um processo de formação socioeconômico diferenciado no interior de um todo”.

No caso de Guarapuava, os fatores históricos e socioeconômicos interligam-se às relações políticas porque “não se distinguem, na essência, poderes econômico, político, cultural, simbólico”. Para a autora, os grupos político-econômicos têm relações de poder entre eles e no interior de cada grupo de forma conservadora, “com predominância do clientelismo, da troca de favores e do tradicionalismo político” (SILVA, 2005, p. 253).

No entanto, “para entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente” (SILVA, 2005, p. 70).

Raffestin (1993, p. 6) analisa o poder como sendo consubstancial a toda relação e que “[...] não é uma categoria espacial nem uma categoria temporal, mas está presente em toda ‘produção’ que se apóia no espaço e no tempo”.

Além disso, “o poder é parte intrínseca de toda relação” (RAFFESTIN, 1993, p. 52) e não está em posição de exterioridade “no que diz respeito a outros tipos de relações (econômicas, sociais etc.), sendo imanentes a elas” (RAFFESTIN, 1993, p. 53). Para o autor, o poder, portanto, manifesta-se por ocasião das relações, caracterizando-se como “um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam”.

Ao tratar do poder, mesmo do poder local, segundo Silva (2007, p. 70), este não deve limitar-se a fronteiras político-administrativas, mesmo que “[...] sejam nelas, com a existência de diversos poderes legitimados, como o próprio poder público, as associações de municípios, por exemplo, que o poder político é mais bem estruturado”.

Portanto, o poder local, “[...] ainda que tenha uma territorialidade (município), não se reduz a essa dimensão, pois tratar do poder local significa analisar relações de poder que se estabelecem entre diferentes atores sociais, assim como, em diferentes esferas”, e não necessariamente que se restrinjam ao município (MACHADO e LACERDA, 2003, p. 1).

Segundo Silva (2007, p. 123) “[...] o poder político em Guarapuava se constitui por uma mescla de grupos político-econômico-familiares, com características tradicionais de dominação”, mesmo que não tenha havido um poder político familiar que se reproduziu ao longo do tempo na administração pública local. Assim, a política local, em Guarapuava, está vinculada, principalmente, a “[...] grupos que se unem por meio de uma liderança, optando-se muito mais pelas pessoas que pelas instituições, como os partidos políticos, por exemplo”, caracterizando-se, ainda, como um poder político de ida e retorno entre os mesmos grupos.

Partindo dessas reflexões sobre o poder local e o entendimento de que Guarapuava é um território em que este poder constitui-se como conservador (SILVA, 2007) e, de certa forma segue a lógica histórica das práticas políticas no Brasil, tidas como clientelistas (SILVA, 2007). Cada uma dessas práticas, no entanto, exacerba-se nas suas singularidades. Neste sentido faz-se importante a compreensão do contexto em que os jovens pesquisados estão inseridos e

³ Para saber mais: SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Curso de pós-graduação em Geografia, Presidente Prudente (SP), 2005.

as suas representações sociais, uma vez que estão sujeitos à reprodução do discurso e das ações do meio em que vivem e convivem.

A preocupação contextual deste trabalho dá subsídios para o pensamento de que as experiências dos jovens e suas trajetórias não são apenas temporais, mas também espaciais, enquanto resultados das mais diversas conexões que se realizam no território em que estão inseridos. Trata-se de experiências partilhadas com outros, independentemente do grau de associativismo e de participação em determinados grupos de sociabilidade, o que será abordado mais adiante.

Segundo Augusto (2012) e Silva (2007), os embates na luta pelo poder na cidade de Guarapuava sempre estiveram nas mãos daqueles que detinham e detêm o poder político-econômico, o que configura Guarapuava, além de outros elementos, como pertencente/formadora de territórios conservadores de poder.

Especificadamente na história política de Guarapuava, o que mudou foi a busca pelo voto que tomou proporções diferenciadas, além da estruturação de formas distintas, ao longo do tempo, das alianças políticas.

Considerando, portanto, que a viabilidade de uma escala local de poder está no suporte de bases sociais sustentadas pelas elites, grupos econômicos, políticos e instituições, e que essas interferem diretamente na organização e na construção do território, compreende-se importante analisar as alianças que se fizeram na história político-eleitoral do município de Guarapuava.

Para Silva (2007), os grupos dominantes locais representam-se como portadores da tradição local e do esclarecimento, em que se colocam como responsáveis pelo município e seu futuro. A formação desses grupos dominantes locais é heterogênea, uma vez que se dá no nível simbólico, por profissionais liberais, empresários, etc.

Esses grupos, formado por famílias político-econômicas, mesmo sendo minoria, acabam por ter poder sobre este território e, conseqüentemente, por sua população. Para Silva (2007, p. 71), esse poder sobre o território e a população permite aos mesmos “repassar às novas gerações sua maneira de agir e de pensar, permitindo se não perpetuar, ao menos consolidar a hegemonia nas decisões locais”.

Portanto, na busca por compreender os jovens de 16 e 17 anos que votam em Guarapuava, partindo do entendimento de que o sujeito/jovem também é formado pelo meio e, neste caso, o meio social é estabelecido por territórios conservadores, compreende-se que mesmo que tenham um discurso de preocupação com as questões políticas, acabam, em parte, por reproduzir a ideologia dos grupos dominantes.

PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO POLÍTICA⁴

A participação política emerge em determinadas épocas e territórios de formas distintas. Segundo Avelar e Cintra (2004), emergiu junto ao Estado de soberania popular, momento de efervescência de revoluções industriais e burguesas na Europa, nos séculos XVIII e XIX. Este

⁴ Para saber mais sobre o tema:

IBASE. INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; POLIS. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas - relatório final. 2005. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-democracia>>. Acesso em: 03 de março de 2013.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2011**: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

FRANCO, Augusto de. **Alfabetização democrática**: o que podemos pensar (e ler) para mudar nossa condição de analfabetos democráticos. Curitiba: FIEP. Rede de Participação Política do Empresariado, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. Fundamentos da política e da sociedade brasileira. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (organizadores). **Sistema Político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp Ed., 2004.

BAQUERO, Marcello. Democracia, cultura e comportamento político; uma análise da situação brasileira. In: PERISSINOTTO, Renato; FUKS, Mario (orgs.). **Democracia**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Curitiba, PR: Fundação Araucária, 2002.

fato levou ao rompimento com a tradicional equivalência entre a posição social e política dos indivíduos, abrindo possibilidades, mesmo que de forma lenta, para a entrada das camadas populares na política (AVELAR e CINTRA, 2004), por iniciativa dos governos conservadores, com o objetivo de ampliação das bases de apoio.

Já nos Estados Unidos, o processo se deu de forma diferenciada, quando em 1776, momento em que se instaurava a República, “a soberania dos estados federados se encontrava no centro dos ideais republicanos. Os estados e a União definiram suas esferas de competência, unidos pela idéia de cidadania universal” (AVELAR e CINTRA, 2004, p. 225), no entanto, a mobilização e a participação da sociedade eram controladas para que não ameaçassem a soberania daqueles que detinham o poder e a estabilidade do sistema em vigor.

No Brasil, a participação passou a emergir apenas em meados do século XX quando:

[...] os níveis de urbanização tornaram-se altos, quando as organizações sindicais dos trabalhadores da nova industrialização brasileira alcançaram densidade política, quando ganhou força e organização política da sociedade em consequência da mobilização das comunidades eclesiais de base da Igreja Católica progressista, inconformada com os níveis de analfabetismo, miséria, pobreza rural e urbana; quando os movimentos de mulheres, entre outros, tornaram-se visíveis e agregaram força corporativa para a política da não-elite. Assim vem sendo construído o espaço político da esquerda, iniciado nas décadas anteriores e consolidado nas décadas de 1970 e 1980 (AVELAR e CINTRA, 2004, p. 225).

Segundo Avelar e Cintra (2004, p. 255), a participação política é compreendida sucintamente como a “ação de indivíduos e grupos com o objetivo de influenciar o processo político”. Neste sentido, esta participação se dá por diversos canais, os quais a autora categoriza como *canal eleitoral* (todo tipo de participação eleitoral e partidária), *canal corporativo* (associações de classe para defesa de seus interesses no âmbito fechado dos governos e do sistema estatal) e o *canal organizacional* (formas não-institucionalizadas de organização coletiva como os movimentos sociais por exemplo), em que todos os canais devem ser analisados quando trata-se de uma investigação no campo de um sistema democrático.

A participação se dá desde conversas informais sobre acontecimentos políticos de âmbito local, nacional e/ou internacional até as formas mais complexas, como mobilizações políticas em prol de uma causa; associação a grupos ou movimentos para reivindicar direitos; votar; candidatar-se; enfim, a participação política “é instrumento de legitimação e fortalecimento das instituições democráticas e de ampliação dos direitos de cidadania” (AVELAR e CINTRA, 2004, p. 223).

A lógica da participação política está diretamente relacionada ao contexto histórico, cultural, econômico, social e educacional, bem como aos canais dessa participação, como igrejas, escolas, sindicatos e outros. Isso acaba por diferir os níveis de participação política de grupo para grupo.

Quando a discussão sobre a participação está voltada ao jovem a complexidade é maior ainda. Segundo dados do Ibase e Pólis (2005, p. 9), estudos sobre a participação dos jovens na vida social indicam que durante as décadas de 1980, 1990 e início de 2000, “a militância política institucionalizada ocupou um papel secundário nas ações coletivas praticadas e valorizadas pelos(as) jovens brasileiros(as)”.

Ao mesmo tempo em que a participação juvenil em espaços políticos formais é baixa se comparada a outros momentos históricos (IBASE e PÓLIS, 2005). E isso foi possível verificar a partir dos questionários, ou seja, a presença de jovens em outros espaços e com outras percepções, em que:

Os (as) jovens brasileiros têm emitido sinais, mais ou menos visíveis, da negação frente a formas tradicionais de participação, tais como as que se expressam pela filiação a partidos, sindicatos e organizações estudantis. No entanto, ações coletivas juvenis deixam de ser notadas ou valorizadas devido ao caráter descontínuo, tópico e muito frequentemente desprovido de ideologias facilmente reconhecidas – esquerda e direita, por exemplo – do qual

se revestem. Entretanto, as novas formas e temas pelos quais os(as) jovens se mobilizam na esfera pública também indicam o quadro de crise das formas tradicionais de participação e socialização política (IBASE e PÓLIS, 2005, p. 9).

Pensar nestas novas formas de participação e mobilização política dos jovens pode contribuir para a compreensão de como estes reproduzem e constroem novas respostas às questões referentes aos seus anseios e aos momentos que consideram importantes para efetivamente engajarem-se em determinados movimentos.

No que diz respeito aos níveis de alistamento eleitoral, tomando como referência dados do TSE (BRASIL, 2012) sobre as eleições para presidência da República a partir da Constituição de 1988, é possível verificar oscilações quanto aos níveis de alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos. Isso, no entanto, não garante que todos tenham comparecido às urnas, nem que tenham participado ativamente durante a campanha, mas oferece indícios, no mínimo, de um interesse em participar do momento considerado como a possibilidade de exercer a cidadania.

Da eleição de 1989 para a de 1994 houve uma diminuição de 26,82% (781.599) no alistamento eleitoral; de 1994 para 1998 uma diminuição de 11,69% (249.302); de 1998 para 2002 foi registrado um aumento de 18,85% (355.060); de 2002 para 2006 uma diminuição de 5,59% (124.155) e de 2006 para 2010 também uma diminuição no alistamento eleitoral de 4,43% (92.856).

Nas mesmas eleições, mas com relação ao alistamento no Paraná, não há registros no site do TSE (BRASIL, 2012) com separação por idade nas eleições de 1989. Das eleições de 1994 para as de 1998 houve uma diminuição de 9,80% (12.550); de 1998 para 2002 um aumento de 17,5% (20.208); de 2002 para 2006 uma diminuição de 19,57% (26.560), e na de 2006 para 2010 foi registrado novamente uma diminuição de 5,30% (5.788).

Quanto aos índices de alistamento eleitoral, em Guarapuava, para as eleições presidenciais, não há registros no site do TSE (BRASIL, 2012) com separação por idade nas eleições de 1989. Da eleição de 1994 para a de 1998 houve uma diminuição de 44,39% (911); na de 1998 para 2002 um aumento de 50,21% (573); na de 2002 para 2006 uma diminuição de 6,88% (118) e de 2006 para 2010 um aumento de 9,89% (158).

Portanto, em um panorama geral de participação nas eleições presidenciais em Guarapuava, o resumo destas eleições apontando de ano para ano se houve um aumento ou uma diminuição no nível de alistamento eleitoral, é possível verificar, em termos de diminuição e aumento nos alistamentos eleitorais que o único momento em que é registrado um aumento entre os jovens de 16 e 17 anos votantes é do ano de 1998 para o ano de 2002.

Em relação aos dados do TSE (BRASIL, 2012), quanto ao alistamento eleitoral nas eleições municipais em Guarapuava, há o indicativo de maior predisposição para a participação, uma vez que os índices de alistamento são maiores do que os registrados no Brasil e no Paraná nas eleições presidenciais (tabela 28).

Das eleições de 1988 para 1992 houve um aumento de 86,10% (1.320); de 1992 para 1996 uma diminuição de 38,97% (1.112); de 1996 para 2000 um aumento de 25,84% (450); de 2000 para 2004 um aumento de 24,18% (530); de 2004 para 2008 uma diminuição de 41,49% (1.129) e de 2008 para 2012 um aumento de 4,89% (78). De forma geral, da primeira eleição municipal em 1988 até a última em 2012, houve um aumento de 8,93% (137) no alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos, indicando um baixo nível de novos alistamentos nesta faixa etária dos 16 e 17 anos.

Na análise deste quadro de alistamento eleitoral é possível identificar que, apesar do progressivo aumento no alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 17 anos, a sua participação (em termos de alistamento eleitoral) é baixa se comparada ao número de jovens nesta faixa etária no Brasil.

O que pode ter levado ao aumento e a diminuição no alistamento eleitoral destes jovens para a participação nas eleições municipais? Seria infundado estabelecer afirmações mais complexas, mas se for levado em consideração o que outras pesquisas como a do Ibase e Pólis (2005), Augusto (2012) e Waiselfisz (2011) apontam sobre o tema, a descrença nas instituições políticas influencia diretamente a diminuição nos níveis de participação e mobilização política.

Outro indício está no fato de não serem obrigados a votar ou ainda no fato de não se informarem o suficiente sobre o tema, o que os leva a ter pouco interesse. A partir das constatações desta pesquisa de que pouco se debate sobre política nos espaços frequentados pelos jovens também pode reforçar a baixa participação política (em termos de alistamento eleitoral) destes jovens.

No que diz respeito à participação política em instituições como associações, sindicatos e partidos políticos, a partir do questionário os jovens foram arguidos sobre a importância que atribuem a essa participação. A partir de escala de valores, sendo 7 muito importante e 1 nada importante, 7 jovens (7,21%) marcaram a opção 7; 8 (8,24%) marcaram a opção 6; 11 (11,34%) marcaram a opção 5; 7 (7,21%) marcaram a opção 4; 14 (14,43%) marcaram a opção 3; 12 (12,37%) marcaram a opção 2 e 36 jovens (37,11%) marcaram a opção 1.

Para averiguar se os jovens já participaram, se participam ou se nunca participaram (ou se não queriam informar) de instituições e movimentos havia um rol de instituições indicadas no questionário. Sobre a participação em associações comunitárias de moradores, 6 jovens (6,18%) já participaram; 76 jovens (78,35%) nunca participaram e 15 (15,46%) não responderam a questão.

Sobre a participação em movimentos dos secundaristas ou grêmios estudantis, 9 jovens (9,27%) já participaram, 1 (1,03%) participa; 1 (1,03%) nunca participou e 5 jovens (5,15%) não responderam a questão.

Sobre a participação em clubes ou associações esportivas, 33 jovens já participaram, 15 (15,46%) participam, 44 (45,36%) nunca participaram e 5 jovens (5,15%) não responderam a questão. Em grupos artísticos, 13 jovens (13,40%) já participaram, 6 (6,18%) participam, 71 (73,19%) nunca participaram e 7 jovens (7,21%) não responderam a questão. Em grupos religiosos, 24 jovens (24,74%) já participaram, 45 (46,39%) participam, 18 (18,55%) nunca participaram, 2 (2,06%) não quiseram informar e 8 jovens (8,24%) não responderam a questão.

Sobre a participação em trabalhos voluntários, 21 jovens (21,64%) já participaram, 5 (5,15%) participam, 62 (63,91%) nunca participaram, 1 jovem (1,03%) não quis informar e 8 (8,24%) não responderam a questão. Em movimentos negros, indígenas, feministas e de opção sexual, 3 jovens (3,09%) já participaram, 87 (89,69%) nunca participaram e 7 jovens (7,21%) não responderam a questão.

Em movimentos sociais referentes à educação, saúde e moradia, 8 jovens (8,24%) já participaram, 4 jovens (4,12%) participam, 76 (78,35%) nunca participaram, 2 (2,06%) não quiseram informar e 7 jovens (7,21%) não responderam a questão.

Sobre a participação em ONG's, 3 jovens (3,09%) já participaram, 1 (1,03%) participa, 86 (88,65%) nunca participaram, 2 (2,06%) não quiseram informar e 5 jovens (5,15%) não responderam a questão. Em partidos políticos, 1 jovem (1,03%) já participou, 1 jovem (1,03%) participa, 91 (93,81%) nunca participaram e 4 (4,12%) não responderam a questão. E em sindicatos, 1 jovem (1,03%) já participou, 91 (93,81%) nunca participaram, 1 (1,03%) não quis informar e 4 jovens (4,12%) não responderam a questão.

Mas o que isso representa? O fato de não se associarem a estas instituições os caracteriza como apáticos, desmobilizados e desinteressados? Como já mencionado, existem dois posicionamentos sobre a participação do jovem na política: de um lado, que os jovens não participam, que são apáticos e desinteressados e, de outro, que a participação se dá de forma distinta das vistas nas décadas anteriores, em que o que mudou foi o conteúdo e a forma com que esta participação se dá. Esta última hipótese, no entanto, mostra-se fragilizada a partir dos movimentos ocorridos em 2013, em que muitos jovens saíram às ruas reivindicando direitos sociais, indicando suas representações sobre os temas.

Outra questão pode estar no fato de que não se conversa sobre política com estes jovens, o que não os motiva, portanto, a participarem e se mobilizarem, como pode ser verificado a partir do questionário aplicado.

O que é discutido nestes espaços representa o que Azevedo e Santos Júnior (2012) denominam de indicadores secundários (para o autor existem três níveis de indicadores: primários, secundários e terciários) que influenciam as escolhas desses jovens. Estes

indicativos são postos a partir do entendimento de que os “comportamentos sociopolíticos são resultados de processos de socialização e aprendizagem, resultando, segundo o contexto social e as opções pessoais, em atitudes políticas ativas ou passivas” (AZEVEDO e SANTOS JÚNIOR, 2012, p. 48).

Partindo deste entendimento, os indicadores primários, segundo Azevedo e Santos Júnior (2012), são aqueles ligados aos conselhos que os mais idosos dão aos mais jovens diante de um impasse.

Os jovens foram arguidos sobre este tema e 60 jovens (61,85%) indicaram que seus pais os ensinaram a defender sempre suas ideias, mas procurando ouvir a opinião das outras pessoas, respeitando-as; 4 jovens (4,12%) que tiveram o ensinamento de defender suas ideias, procurando convencer as outras pessoas sobre o que acha correto; 7 jovens (7,21%) indicaram que foram educados para não se envolverem em discussões; 13 jovens (13,40%) que é necessário ter cuidado com o que se fala para não correr o risco de ser penalizado por isso e 13 jovens (13,40%) não quiseram opinar a respeito.

Tão importante quanto compreender os processos de socialização primária destes jovens está a busca pela compreensão dos “novos processos de diferenciação decorrentes da exposição a novos grupos de referência e novas experiências de vida” (AZEVEDO e SANTOS JÚNIOR, 2012, p. 48), avaliando em que medida conversam sobre política em seu cotidiano.

A relação direta para esta questão pode ser observada quando foram questionados se, no âmbito da escola e sala de aula, havia discussão sobre política. Jovens da mesma sala deram respostas diferentes, demonstrando que não há o entendimento do que se configura como política, o que indica a necessidade de uma formação mais voltada à busca por esta compreensão. Ao mesmo tempo em que existem diversas formas de compreensão do que é a política e a política partidária por parte dos discentes, o que influencia diretamente na compreensão dos jovens.

Em relação às questões que investigaram o grau de predisposição para a mobilização e participação política foram levantados dados importantes. Sobre se participam ou não de manifestações pelo passe livre ou de professores, 61 jovens (62,88%) indicaram que não. Em outra questão, a respeito das suas predisposições para mobilização e participação, 43 jovens (44,32%) afirmaram que participariam de manifestações. E, com relação à participação em fóruns na internet, 90 jovens (92,78%) indicaram que não participam, no entanto, 39 (40,20%) indicaram que participariam.

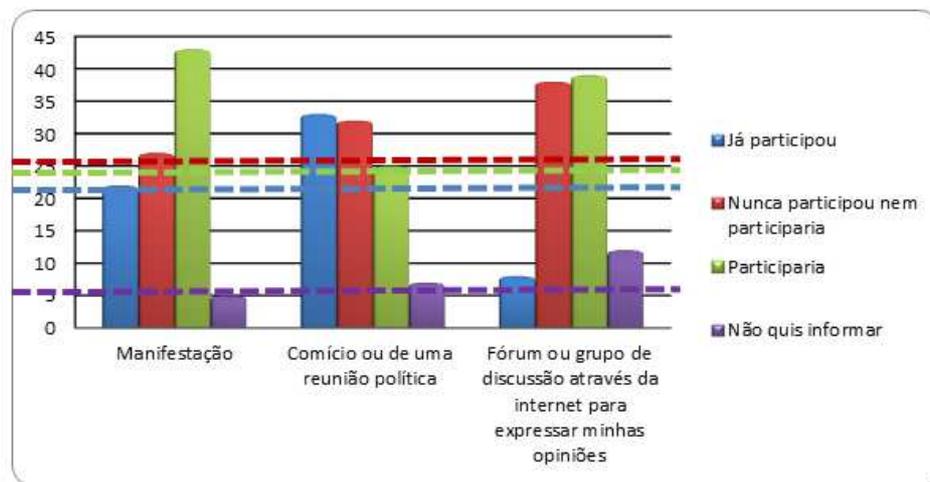
A partir deste cenário algumas questões permanecem: o que levaria estes jovens a participarem de mobilizações mais efetivamente? O que os faria ter maior engajamento em termos de movimentos legitimados? Os objetivos deste estudo não permitiram o aprofundamento neste sentido, mas a partir de questionamentos específicos sobre se estes compreendem que a escola é um espaço para se discutir política, 46 jovens (47,42%) indicaram que sim, 21 (21,64%) que não e 30 (30,92%) não quiseram opinar. Daqueles que indicaram que a escola é um espaço para discutir política, as justificativas são de que a coletividade deve refletir acerca desses assuntos para que então possa ter elementos suficientes para tomar decisões. O que se percebe aqui é o indicativo de que a discussão e a reflexão a respeito de determinados temas os levariam a mobilização e a participação em intensidade mais elevada.

Complementando o exposto acima, em outro questionamento feito, 22 jovens (22,68%) marcaram já ter participado de manifestações; 27 (27,83%) nunca participaram nem participariam; 43 (44,32%) participariam e 5 (5,15%) não quiseram informar. Em comícios ou reuniões políticas, 33 jovens (34,02%) marcaram já ter participado; 32 (32,98%) nunca participaram nem participariam; 25 (25,77%) participariam e 7 (7,21%) não quiseram informar. E, em fóruns de discussão através da internet para expressar suas opiniões, 8 (8,24%) marcaram já ter participado; 38 (39,17%) nunca participaram nem participariam; 39 (40,20%) participariam e 5 (5,15%) não quiseram informar (figura 2).

O que isso pode significar? Estes jovens realmente são apáticos com relação à política? O que eles entendem por política? Observou-se, ainda, que suas representações sociais sobre política estão associadas apenas ao momento das eleições e ligadas diretamente aos partidos e aos candidatos e que, com isso, não compreendem que a política permeia o cotidiano, as

relações entre seus familiares, com seus colegas ou durante um jogo no computador. Assim e nos pautando nos fundamentos expostos, parece que falta formação política e que esta talvez possa conferir melhor entendimento do tema e de seus papéis nos espaços em que vivem. Estas, conclui-se, são as representações sociais que estes jovens têm sobre política.

Figura 2. Guarapuava: jovens pesquisados – indicativos de participação.



Fonte: Trabalho de Campo (Aplicação de Questionários, 2012).

Org.: Lara Pires Weissböck.

Compreende-se que iniciativas na criação de espaços de discussão política e político-partidária dentro do sistema público de ensino podem trazer a tona reflexões individuais e/ou coletivas sobre a importância da participação e mobilização política desses jovens. O fato do alistamento não garante que estes sejam mais conscientes do que os outros, nem tampouco que participem mais efetivamente de mobilizações do que os demais. Há a hipótese de que isso seja verdadeiro, mas para sua comprovação seria necessária uma pesquisa nesses moldes com aqueles que não se alistaram ao voto.

Os índices de informação, participação e mobilização dos jovens pesquisados podem estar diretamente atrelados à descrença que têm das instituições políticas, como já mencionado anteriormente neste capítulo, uma vez que a atuação dos partidos está desgastada, confundindo-se facilmente com “partidarismo” e “politicagem”, como indicado também por Augusto (2012), em pesquisa com o eleitorado de Guarapuava.

A participação é um exercício democrático e, para Demo (1988), mesmo que se referindo a outro momento histórico, é a partir dela “que aprendemos a eleger, a deseleger, a estabelecer rodízio no poder, a exigir prestação de contas, a desburocratizar, a forçar os mandantes a servirem à comunidade, e assim por diante” (DEMO, 1988, p. 71).

Quiçá seja correto afirmar que “boa parte da população não tem noção disso. No máximo, percebe que, de vez em quando, é chamada a comparecer em certas agitações políticas, como são as eleições” (DEMO, 1988, p. 72). Porém, tais agitações são normalmente esporádicas e viciadas, em que a população é posta como “objeto eleitoral” facilmente manipulado por assistencialismos trocados por votos.

Para Demo (1988) a ausência de conhecimento mais aprofundado em relação aos candidatos, partidos e programas políticos ocorre pela vaga consciência política, mobilização e participação para que o exercício democrático seja de fato exercido.

Na atualidade a mobilização e a participação se configuram em outros moldes, mas com o mesmo discurso na busca pela democracia, pelo direito a um posicionamento político, pelo direito a participação, pelo anseio de ser ouvido, pela busca de direitos básicos como, saúde, educação, moradia e alimentação, enfim, pela busca da possibilidade de ser cidadãos.

Abordadas as questões sobre a participação e mobilização política dos jovens pesquisados verifica-se que estes seguem a tendência daqueles com a obrigatoriedade do voto (AUGUSTO,

2012), ou seja, passíveis de serem incluídos como desmobilizados em decorrência da descrença nas instituições políticas, bem como na ausência de debates a respeito.

Na sequência são apresentadas as reflexões realizadas no decorrer desta dissertação relativas às representações sociais dos jovens de 16 e 17 anos votantes, no que diz respeito à crença e à descrença nas instituições políticas, às suas participações, mobilizações e compreensões sobre o que é política.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E PRÁTICAS DEMOCRÁTICAS DOS JOVENS PESQUISADOS

Na busca por representações sociais dos jovens de 16 e 17 anos votante foi possível constatar que estes se consideram parte de um grupo preocupado com a política do país por serem votantes. No entanto, ao correlacionar os territórios (bairros) que vivem e as territorialidades que lhes atribuem não houve uma identificação, pelas análises dos questionários, de maior ou menor participação/mobilização/conscientização política em decorrência desses territórios.

O que há, e isso sim nos importa reforçar, é a constituição de uma territorialidade juvenil em múltiplos territórios de pertencimento, sem indicativos explícitos para apontar as reais influências desses “espaços de experiência”. Este aspecto era esperado em razão de que, mesmo tendo como abordagem teórica o conceito de territorialidade, o objetivo não foi o de identificá-la diretamente por bairro porque o grupo pesquisado é por si só heterogêneo, o que nos levou a entender esta territorialidade a partir do que é o jovem guarapuavano, não o jovem do bairro Primavera, Santana, Santa Cruz ou outro.

Portanto, os territórios de cada jovem se diluem em um espaço fluído e de fluxos em que as instituições e as territorialidades específicas de cada bairro não são, *a priori*, decisivas quanto às suas “consciências políticas”.

E quem é jovem guarapuavano? Quais suas representações sociais sobre a política? Partindo da premissa de que estão inseridos em um território conservador de poder, estes jovens são diretamente influenciados quanto à construção e a organização das territorialidades expressas neste meio, bem como as redes sociais que estabelecem entre si.

Guarapuava possui especificidades “tradicionais” ou “conservadoras” nas relações sociais de forma geral, apesar dos mistos de modernidade, sendo administrada por grupos dominantes locais de famílias que têm o poder político-econômico deste território e, por consequência, de sua população. Isso permite a esses grupos repassar às novas gerações suas ideologias, perpetuando e consolidando a hegemonia local. Esta manipulação simbólica de crenças e valores legitimam as ações destes grupos, uma vez que se compreende que o sujeito é produzido pelo meio e, no caso dos jovens pesquisados, em um contexto conservador.

Sobre a participação política, foi verificado um aumento no alistamento eleitoral de 1988 até 2012, o que não garante, no entanto, maior participação política. Sobre as mobilizações, os jovens não fazem campanha nem utilizam elementos que identifiquem suas escolhas políticas partidárias. No entanto, aparentemente, há uma predisposição para manifestarem-se, como ocorrido no dia 15 de maio de 2013, no colégio pesquisado, em que os jovens reivindicaram por melhores condições no refeitório.

Mesmo com os indicativos de um baixo índice de participação e mobilização aponta-se uma nova configuração dos jovens no Brasil e em Guarapuava, em decorrência dos protestos ocorridos em junho de 2013, em que se mobilizaram via redes sociais e foram às ruas reivindicar direitos garantidos por leis aos cidadãos brasileiros. O que, no entanto, não garante, como já discutido, que esteja sendo reconfigurada a compreensão dos sujeitos no que diz respeito à importância de serem críticos com relação às questões políticas e a força que “as massas” possui, mas não a utilizam para mudanças significativas nos encaminhamentos políticos no país.

Sem adentrar nas especificidades acerca destas mobilizações, considera-se que são atos que conferem a estes jovens uma identidade política que pode ser apenas uma motivação passageira ou o início de uma possibilidade para se discutir a respeito, para formar estes jovens politicamente, tirando os *tabus* que têm de que a política é “coisa chata”, que não é algo

importante discutida na escola, como os jovens pesquisados demonstraram ao serem questionados a respeito. Do total de jovens pesquisados (97 jovens), 46 (47,42%) consideram que a escola é um espaço para discutir e refletir sobre política partidária. Apontam que a importância de se tratar sobre o tema *política* na escola está vinculada ao fato de conhecer melhor as questões políticas para que possam se tornar mais conscientes. Além disso, fazendo-o de forma coletiva os resultados são melhores, uma vez que as discussões podem levar ao amadurecimento.

Aqueles que se posicionaram contrários a discussão sobre o tema política na escola, somam 21 jovens (21,64%) em que os posicionamentos contrários à discussão sobre política na escola fundamentam-se, principalmente, na justificativa de que este não é um espaço para se falar a respeito, talvez pela forma com que compreendem a política, visto até o momento, como apenas a partidária.

Diante dos posicionamentos dos jovens pesquisados, daqueles que são a favor (demonstrando em suas justificativas mais argumentos à discussão) ou daqueles que não consideram essa discussão importante no âmbito da escola (justificável por considerarem a política apenas em sua esfera partidária, e que as discussões a respeito poderiam limitar-se a propagandas eleitorais), considera-se importante uma formação política, independente do espaço, mas considerando que a escola tem esse papel, como aponta Santos (1996, p. 8):

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a manter. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem o seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. Para ser mantida pelas gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fonte de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que assegurem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido.

É imprescindível que se estabeleça na sociedade, e talvez começando pela escola, um processo pela desalienação, como indica Santos (1996), superando a fragmentação do conhecimento, da distorção da realidade e de um estado de vacuidade emotiva carente de perspectivas.

Demo (1988), ao falar sobre a função da educação, afirma que esta está para a *preparação de recursos humanos*, na aquisição de habilidades profissionais no sentido estrito de treinamento; *transmissão de conhecimento e de aprendizagem*, que é a faceta mais conhecida pelas famílias que colocam seus filhos na escola “para aprender”, além de que este objetivo é “muito importante, num mundo cada vez mais complexo e que necessita de conhecimentos socializados para ser dominado” (DEMO, 1988, p. 51); e a *socialização*, ótica conhecida principalmente pelos pesquisadores e críticos da área em que “socializar significa reproduzir nas crianças hábitos, atitudes e expectativas da geração anterior, de tal sorte que o sistema persista dentro da mesma divisão entre os privilegiados e os desprivilegiados” (DEMO, 1988, p. 51).

Muitas vezes subestima-se o efeito político da educação “porque se pretende captá-lo como impacto imediato, a exemplo dos impactos de ordem sócio-econômica” (DEMO, 1988, p. 53) em que:

[...] a formação da cidadania é um “processo lento e profundo, que leva gerações. Planta-se uma geração, não uma parede ou um pátio. É outra dimensão aquela comprometida em construir “gente”, para além de trabalhadores treinados, pessoas bem-comportadas, seres informados. Esta tarefa se realiza por baixo do torvelinho diário, efêmero e rotineiro, perdendo-se no horizonte das dimensões infinitas da sociedade” (DEMO, 1988, p. 53).

Tomando isso como premissa, há que se proporem transformações no sistema educacional, tanto no que diz respeito à formação de professores quanto a melhores condições de trabalho.

Ao afirmar-se que há a necessidade de se proporem modificações no sistema educacional é importante compreender que construir a cidadania pressupõe, nos motivadores profissionais

(os professores e administradores), um intenso compromisso, ou seja, “educador deseducado não pode educar” e “deseducado” significa uma formação insuficiente e inadequada dos docentes, destituídos de uma carreira profissional honrada, coibidos de se organizarem politicamente dentro das regras do jogo da democracia e desprovidos de apoio administrativo conveniente (DEMO, 1988).

Culpabilizar o docente, a administração escolar, os discentes e a falta de estrutura física das escolas é muito fácil! No entanto, mesmo considerando que estes sujeitos tenham suas parcelas de responsabilidade na formação política, pode-se encontrar uma situação muito perversa de interesse na ignorância dos sujeitos por parte de estruturas dominantes. E isso, segundo Demo (1988, p. 54) porque:

[...] teme-se dividir os privilégios à medida que a educação – se for formação – trouxer a consciência dos desprivilegiados. É mais fácil explorar o trabalhador desqualificado. É mais fácil tutelar a massa indefesa e empurrada ao conformismo. É mais fácil manipular o professor leigo e desorganizado”.

Corroborar-se com Demo (1988, p. 52) quando afirma que a função insubstituível da educação é de ordem política, “como condição à participação, como incubadora da cidadania, como processo formativo” e que uma das virtudes da educação está em ser instrumento de participação política.

Neste artigo buscou-se inferir o jovem de 16 e 17 anos, votante e matriculado na escola pública que oferta cursos nas modalidades normal e técnico, em Guarapuava, não apenas pelas ideologias expressas em sua conduta cotidiana, mas pelas possíveis interferências dos espaços que convive, levando em conta as territorialidades expressas a partir dessas convivências e vivências.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (orgs.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relumes Dumará. Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

AUGUSTO, D. C. **Geografia eleitoral e decisão do voto: uma Análise a partir do eleitorado de Guarapuava-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unicentro. Guarapuava, 2012.

AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (organizadores). **Sistema Político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.

AZEVEDO, L. C. Q. R.; SANTOS JÚNIOR, O. A. S. (organizadores). **Cultura política, cidadania e voto: desafios para a governança metropolitana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: UFSC, 2004.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral - TSE. **Eleições 2012**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

CARRANO, P. **Os múltiplos “eus” do adolescente – Juventudes: as identidades são múltiplas**. 2007a. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1086>. Acesso em 02 de setembro de 2013.

_____. **A busca da identidade nacional – Juventude e identidade nacional**. 2007b. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/sec21/chave_artigo.asp?cod_artigo=1036>. Acesso em: 02 de setembro de 2013.

CASSAB, C. **(Re) construir utopias: jovem, cidade e política**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense.

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. São Paulo; Cortez. Autores Associados, 1988.

HAESBAERT, R. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS. 2004a.

_____. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004b.

IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; POLIS - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas - relatório final.** 2005. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br/conjuve/documentos/juventude-e-democracia>>. Acesso em: 03 de março de 2013.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados Sidra – Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

MACHADO, E. G.; LACERDA, L. L. **Poder local, democracia e participação.** 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&id=754&Itemid=171>. Acesso em 20 de dezembro de 2013.

PAIS, J. M. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise Social**, v. XXV, n. 105-106, 1990, p. 139-165. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>>. Acesso em: 26 de março de 2013.

PAULA, F. C. Sobre a dimensão vivida do território: tendências e a contribuição da fenomenologia. **GeoTextos**, v.7, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/5271/3782>>. Acesso em: 30 de junho de 2013.

PARANÁ. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Estatístico – Município de Guarapuava.** Junho de 2012. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=85000&btOk=ok>>. Acesso em: 20 de outubro de 2012.

PARANA. Secretaria da Educação. **Consulta Escolas.** Curitiba: SEED-PR. Disponível em: <<http://www4.pr.gov.br/escolas/listaescolas.jsp>>. Acesso em 20 de outubro de 2012.

RABAT, M. N. **A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil.** 2002. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1372/participacao_juventude_rabat.pdf?sequence=1>. Acesso em 06 de junho de 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 3ª edição. São Paulo: Nobel, 1996.

SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Apresentação. *In:* _____ (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: UNESP. 2009.

SILVA, M. **Análise política do território.** Poder e desenvolvimento no Centro-Sul do Paraná. Guarapuava: Unicentro, 2007.

_____. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná.** 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista.

SOUZA, E. A.; PERON, N. R. Território e identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três lagoas – MS**, ano 4, v. 1, n. 6, 2007. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/artigo6_EdevaldoS._e_NelsonP..pdf>. Acesso em: 07 de junho de 2013.

SOUZA, M. José L. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In:* CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORREA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TURRA NETO, N. **Múltiplas trajetórias juvenis: territórios e rede de sociabilidade.** Jundiaí. Paco Editorial: 2012.

TRIOLA, Mario. **Introdução à Estatística.** Rio de Janeiro. LTC Editora, 1999.

VARELA, A. M. R. **Jovem e Política**: o papel da socialização na participação política. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Lisboa, Portugal: Instituto Superior de Ciência do trabalho e da Empresa, 2009.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2011**: os jovens no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.